



CONGRESSO

Risco de derrota adia PEC contra STF

Plenário do Senado tinha quórum de 70 parlamentares, o que fez a oposição temer rejeição da proposta para limitar poderes dos ministros da Corte. Votação ocorrerá hoje, com rito especial para permitir dois turnos em sequência

» EVANDRO ÉBOLI

Os senadores adiaram para hoje a votação da emenda constitucional que reduz os poderes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A apreciação da PEC que limita decisões monocráticas de magistrados da Corte vai ao plenário, que pode apreciá-la em dois turnos.

Os parlamentares aprovaram o adiamento por 48 votos a 20 — e houve uma abstenção. Uma das razões foi o receio da oposição e do Centrão de serem derrotados.

Ao todo, havia 70 senadores dos 81 — mas o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não vota. É um quórum considerado baixo para se apreciar uma mudança constitucional, que requer o mínimo de 49 votos. Alguns parlamentares não chegaram ainda a Brasília.

O que os senadores votaram ontem foi o chamado calendário especial, que quebra o interstício de sessões e permite que os dois turnos ocorram na sequência, no mesmo dia. O mesmo ocorreu com a reforma tributária.

A oposição ficou com receio da derrota, se o texto fosse apreciado ontem. Líderes oposicionistas afirmaram que ministros do STF estão ligando e pressionando senadores a votarem contra.

O senador Carlos Portinho (PL-RJ), líder do partido na Casa, foi o autor do requerimento do calendário especial. Ao **Correio**, ele admitiu que o receio de derrota, se o texto fosse votado, também motivou a mobilização.

“O requerimento foi não só para adiar e quebrar o interstício para permitir votar os dois turnos num dia só, mas também para medir o placar, o painel da votação”, disse.

Ele até citou a ausência de três senadores no plenário que serão fundamentais para ajudar a aprovar a emenda: Romário (PL-RJ),

Roque de Sá/Agência Senado



Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e Wellington Fagundes (PL-MT).

O Planalto não tem atuado com força para derrotar a emenda, que deve ser aprovada hoje. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), orientou, na votação do requerimento de adiamento, que o governo “não vai firmar posição”.

“Essa PEC não passa pela sanção do presidente Lula (é promulgada). Ela fala sobre outro Poder”, frisou Wagner.

A oposição aproveitou a discussão para atacar o ministro Alexandre de Moraes, relator do processo que envolve os atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Citou o caso

do bolsonarista Cleriston Pereira da Silva, de 41 anos, que morreu de mal súbito no Complexo Penitenciário da Papuda, onde estava preso desde o início do ano por participação nos atos de destruição do Senado (**leia Saiba mais**).

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu, em setembro, a liberdade provisória dele, com uso de tornozeleira eletrônica. Esse foi o ponto atacado pelos senadores bolsonaristas, alguns com camisetas pretas com a imagem do rosto de Cleriston.

“Ele faleceu ontem (segunda-feira) por uma decisão monocrática de Alexandre de Moraes. É hora de frear isso, parar com

essas decisões”, disparou o senador Magno Malta (PL-ES).

Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também criticou o ministro, em discurso no plenário. “Clezão, como o Cleriston era conhecido, morreu sob a tutela do Estado. Nem preso ele deveria estar. A PGR foi a favor de sua transferência para prisão domiciliar, mas o relator (Moraes) ignorou”, acusou.

Sem afronta

Favorável à aprovação da PEC, ainda que não possa votar, Pacheco ajudou no adiamento da apreciação. “Não é uma resposta ao Supremo (STF), nenhuma

afronta nem retaliação. Trata-se de um aprimoramento da legislação e da Constituição para garantir o bom funcionamento dos Poderes”, afirmou, antes da sessão.

Ao **Correio**, no último dia 9, declarou que, se pudesse votar, seria a favor da matéria. “Se você olhar o cerne dessa PEC, vai concordar com a proposta. Evita que uma decisão monocrática de um único ministro suspenda a eficácia de uma lei votada por 594 parlamentares (81 senadores e 513 deputados) e sancionada pelo presidente da República. É algo desequilibrado, que não pode prevalecer”, frisou, na ocasião.



Não é uma resposta ao Supremo (STF), nenhuma afronta nem retaliação. Trata-se de um aprimoramento da legislação e da Constituição para garantir o bom funcionamento dos Poderes”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG),
presidente do Senado

Saiba mais

Investigação

A Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape-DF) abriu uma investigação sobre a morte de Cleriston Pereira da Cunha. O procedimento vai verificar, por exemplo, se houve infração disciplinar de algum servidor. A Seape também registrou um boletim de ocorrência na Polícia Civil. “As autoridades foram imediatamente comunicadas”, informou a pasta. O bolsonarista tomava medicação controlada contra diabetes e hipertensão. Ainda na segunda-feira, o ministro Alexandre de Moraes pediu informações da administração do presídio, inclusive cópia do prontuário médico e o relatório dos atendimentos recebidos por Cleriston na Papuda.

Fundos offshore na pauta de hoje

» EDLA LULA

Ficou para hoje a votação do projeto de lei que prevê a cobrança do Imposto de Renda sobre os fundos exclusivos de investimentos e dos rendimentos obtidos no exterior por meio dos fundos offshore.

O relator da matéria, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), apresentou o parecer ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, sem alterações substanciais em relação ao texto aprovado na Câmara. Ainda assim, houve pedido de vista, e o debate foi adiado para esta quarta-feira.

O projeto é uma das cinco medidas pelas quais o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu esforço concentrado no Congresso, por se tratar de matéria que eleva a arrecadação de impostos no Brasil.

No pedido de vista, parlamentares da oposição, como o líder Rogério Marinho (PL-RN), queriam o adiamento do debate por uma semana, alegando a “complexidade do tema”. Como o projeto tramita com regime

de urgência, os integrantes da comissão tiveram 24 horas para se debruçar sobre o documento.

Vieira manteve as alterações feitas na Câmara, com a redução de 10% para 8% da alíquota proposta pelo governo para quem antecipar a atualização do valor dos rendimentos acumulados até 2023. Ele também não modificou a alíquota linear de 15% sobre os rendimentos, em lugar da progressão de 0% a 22,5% prevista no projeto original.

Ao apresentar o relatório, o senador destacou que, mais do que arrecadar, a proposta busca promover a justiça tributária. “O diferimento tributário na tributação dos lucros das entidades controladas no exterior pode se estender por toda a vida da pessoa física, ou até mesmo após o seu falecimento, criando uma situação de grave injustiça tributária e atuando como um mecanismo de concentração de renda, ao desonerar os contribuintes de alta renda, que são os titulares dos investimentos no exterior”, argumentou Vieira.

As estimativas são de que os ativos hoje existentes no exterior e que deixam de ser tributados

Edilson Rodrigues/Agência Senado



somam um valor superior a US\$ 200 bilhões (R\$ 1 trilhão). “O que esse projeto tenta fazer é tratar de justiça fiscal. Para que quem não paga Imposto de Renda passe a pagar”, completou.

A CAE aprovou a votação, em separado, de três emendas apresentadas pelo senador Carlos Vieira (Podemos-MG) que alteram o mérito. Uma delas busca evitar a bitributação, deixando claro que quem já paga o imposto no exterior não precisará

recolher novamente no Brasil. “Existem muitas empresas, muitos empreendedores que transitam no exterior e no Brasil”, argumentou o parlamentar.

Apostas esportivas

A comissão também adiou para hoje, na mesma reunião, a votação do projeto de lei que regulamentará as apostas esportivas de cota fixa, conhecidas como bets. O relatório do senador Angelo Coronel

(PSD-BA) chegou a ser lido, mas o senador Eduardo Girão (Novo-CE) apresentou um pedido de vista.

Girão argumentou que o tema não pode ser tratado “de forma açodada” porque o governo tem pressa em aprovar as matérias arrecadatórias. Ele disse considerar o assunto “de extrema gravidade, que impacta as pessoas menos favorecidas”.

Para o senador, a regulamentação pode agravar a possibilidade de vício dos apostadores. “Há o risco de que quem está lá na

Vieira é o relator do projeto sobre os fundos, que interessa ao governo para aumentar a arrecadação

ponta receba uma lavagem cerebral para jogar e se viciar. Perde moto, carro, casa, emprego, família e até a vida”, enfatizou.

Em conversa com o **Correio**, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) lembrou que o “esforço concentrado” interessa, também, ao Parlamento, porque, dessas matérias, depende a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA). A previsão de receitas e despesas do próximo ano que constam no PLOA conta com recursos oriundos das propostas encaminhadas pelo governo.

Randolfe frisou ainda que, para manter a meta de zerar o resultado primário em 2024, será necessário correr para aprovar essas matérias.

“O Congresso tem de ser coerente com a argumentação que faz sobre meta de déficit zero. O governo foi convencido sobre a manutenção da meta. Então, espera a contrapartida do Congresso”, salientou o parlamentar. Ele trabalha pelo encaminhamento das duas matérias ainda nesta quarta-feira para o plenário da Casa.